



Presidente Remodela Governo em Angola

Na sequência da aprovação da nova Constituição, o Presidente da República, José Eduardo do Santos, nomeou um novo governo, o qual tem várias diferenças em relação aos últimos executivos. [Pag 2](#)

Comércio entre a China e os PLOP

Segundo dados da alfândega chinesa, as trocas comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa caíram 18,9% em 2009, para 62,46 mil milhões de USD (44,28 mil milhões de euros). [Pag 3](#)

África vai ter Moeda Única

A União Africana (UA) confirmou, durante a sua XIV Assembleia-geral que se realizou em Fevereiro de 2010, que o Continente Africano vai ter uma moeda comum a circular a partir de 2018. [Pag 3](#)

50 Anos das Independências Africanas

Celebra-se este ano, meio século do início das independências africanas. No fim da II Guerra Mundial, em África, apenas a Etiópia, a Libéria e o Egipto eram independentes, e quando a década de 50 chegou ao fim, ainda só se lhes tinham juntado a Líbia, Marrocos, Sudão, Tunísia, Gana e Guiné-Conacry. [Pag 4/6](#)

Moçambique Aprovou Novos projectos de Investimento

O Centro de Promoção de Investimentos (CPI) de Moçambique aprovou, em 2009, 250 novos projectos de investimento, no valor de 5.7 mil milhões de USD e com uma perspectiva de emprego de mais de 26 mil postos de emprego. [Pag 6](#)

UE renova sanções contra Zimbabue

O Comité dos Representantes Permanentes dos Estados Membros da União Europeia (COREPER), reunido em Bruxelas, em Fevereiro, decidiu o prolongamento das sanções contra o Zimbabue, por mais doze meses, afirmando que a falta de progresso na implementação do acordo de partilha de poder está por trás da decisão. [Pag 7](#)

Anadarko descobre reservas de Gás em Moçambique

A companhia petrolífera norte-americana Anadarko anunciou em Fevereiro a descoberta de reservas de gás natural na Bacia do Rovuma, província de Cabo Delgado, norte de Moçambique. [Pag 8](#)

Al Baradei Anuncia Aliança de Oposição no Egipto

O diplomata Mohammed al-Baradei, ex-chefe da Agência Internacional de Energia Atómica das Nações Unidas (AIEA), anunciou no Egipto a formação do que chamou de associação nacional para mudança. [Pag 8](#)

Golpe de Estado no Níger

O autoproclamado Conselho Supremo para a Restauração da Democracia (CSRD), composto por oficiais superiores das Forças Armadas Nigerinas, tomou o poder, no dia 18 de Fevereiro em Niamey, derrubando o regime do Presidente Mamadou Tandja. O CSRD anunciou a suspensão da Constituição da VI República e a supressão de todas as instituições dela resultantes. [Pag 9](#)

III Congresso da CPLP sobre VIH/SIDA

O III Congresso da CPLP VIH/sida e Infecções de Transmissão Sexual (ITS) realizou-se entre os dias 17 a 19 de Março, em Lisboa. Após Luanda e o Rio de Janeiro, coube a Portugal organizar a terceira edição do Congresso da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) sobre VIH/SIDA e ITS. [Pag 9](#)

Visita do Primeiro Ministro Português a Moçambique

Com vista a aprofundar os laços económicos, o PM português deslocou-se, entre os dias 2 a 5 de Março, a Moçambique liderando uma grande comitiva de empresários portugueses. [Pag 10/11](#)

Retorno da Violência à Nigéria

Em Janeiro passado, uma nova onda de confrontos entre grupos étnicos e religiosos rivais, envolvendo cristãos e muçulmanos, assolou a Nigéria causando a morte a mais de 300 pessoas, maioritariamente muçulmanas, na cidade de Jos, capital do estado de Plateau. [Pag 11/12](#)

Presidente Remodela Governo em Angola

■ Luís Castelo Branco

Na sequência da aprovação da nova Constituição, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, nomeou um novo governo, o qual tem várias diferenças em relação aos últimos executivos.

Uma primeira diferença tem a ver com o menor número de Ministros que o constituem, num esforço destinado a aumentar a eficácia da equipa governativa. Esta era uma promessa que já tinha sido assumida por José Eduardo dos Santos durante o último congresso do MPLA, realizado em Dezembro de 2009.

Uma segunda diferença reside na extinção do cargo de Primeiro-Ministro, que no último executivo tinha sido ocupado por António Paulo Kassoma, o qual passou agora a ocupar o cargo de Presidente da Assembleia Nacional. Kassoma foi substituído por Fernando da Piedade Dias dos Santos, que foi nomeado, no novo Governo, Vice-Presidente da República.

A criação do novo governo foi aproveitada para uma rotação dos altos quadros do MPLA. Esta rotação tinha sido uma proposta do Presidente José Eduardo dos Santos e teve a concordância da direcção do MPLA, durante a segunda reunião extraordinária do Bureau Político.

Nesse sentido, o MPLA, escolheu o ex-Ministro da Administração do Território, Virgílio de Fontes Pereira, para líder do grupo parlamentar na Assembleia Nacional e Higino Carneiro, foi escolhido para ser Vice-Presidente dos deputados do MPLA. Virgílio Fontes Pereira foi substituído no cargo por Bornito de Sousa, que era até agora líder parlamentar do MPLA. Higino Carneiro viu o seu Ministério, das Obras Públicas, ser extinto com o novo governo.

José Eduardo dos Santos reiterou que as eleições gerais, já com a nova Constituição em vigor, vão ter lugar em 2012, coincidindo com o fim da actual legislatura.

O Tribunal Constitucional (TC) exigiu rectificações sobre o enquadramento da eleição do Presidente da República, do Vice-Presidente e da nomeação deste pelo actual Chefe de Estado até à realização de eleições à luz da nova Constituição. Com as alterações introduzidas por imposição do TC, o Presidente da República é eleito como cabeça de lista do partido ou coligação mais votada para a Assembleia, mas sendo agora feita a sua identificação no boletim de voto, o que não estava prevista na primeira versão enviada ao TC.

Nas alterações exigidas, foi ainda definido constitucionalmente que

o Vice-Presidente, cargo criado pela nova Constituição, é eleito na condição de segundo nome no boletim de voto. A nomeação do Vice-Presidente pelo actual Chefe de Estado será transitória e até que tenham lugar as eleições segundo os moldes definidos na nova Constituição.

Novo Governo Angolano

Vice – Presidente	Fernando dos Santos
Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil	Carlos Feijó
Ministro de Estado e Chefe da Casa Militar	Manuel Dias Jr.
Ministro de Estado e da Coordenação Económica	Manuel Nunes Jr
Ministro das Relações Exteriores	Assunção dos Anjos
Ministro da Defesa Nacional	Cândido Van-Dúnem
Ministro do Interior	Roberto Monteiro
Ministro dos Assuntos Parlamentares	Norberto dos Santos
Ministro da Administração do Território	Bornito de Sousa
Ministro da Justiça	Guilhermina Prata
Ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social	António Neto
Ministro da Comunicação Social	Carolina Cerqueira
Ministro da Juventude e Desportos	Gonçalves Muandumba
Ministro do Planeamento	Ana Lourenço
Ministro das Finanças	Carlos Lopes
Ministro do Comércio e do Turismo	Maria Valente
Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas	Afonso Canga;
Ministro da Geologia e Minas e da Indústria	Joaquim David;
Ministro dos Petróleos	José Vasconcelos;
Ministro do Ambiente	Maria Jardim;
Ministro do Urbanismo e Construção	José Ferreira;
Ministro dos Transportes	Augusto Tomás;
Ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação	José Rocha
Ministro da Energia e Águas	Emanuela Lopes
Ministro da Saúde	José Van-Dúnem
Ministro da Educação	M 'Pinda Simão
Ministro do Ensino Superior e Ciência e Tecnologia	Maria Teixeira
Ministro da Cultura	Rosa Silva
Ministro da Assistência e Reinserção Social	João Kussumua;
Ministro da Família e Promoção da Mulher	Genoveva Lino
Ministro dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria	Kundi Paihama

Comércio entre a China e os PLOP

Segundo dados da alfândega chinesa, as trocas comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa caíram 18,9% em 2009, para 62,46 mil milhões de USD (44,28 mil milhões de euros).

Apesar de negativas, as trocas comerciais demonstram alguma recuperação iniciada na segunda metade do ano, já que nos primeiros seis meses do ano passado registavam uma quebra de 34,8% contra o primeiro semestre de 2008 e ainda em Novembro estavam a cair 24,21% face ao período homólogo do ano anterior.

Os mesmos dados indicam que a China vendeu para os oito países de língua portuguesa produtos no valor de 18,85 mil milhões de USD (13,37 mil milhões de euros) contra compras aos mesmos países de 43,61 mil milhões de USD (30,93 mil milhões de euros).

Os números de Janeiro a Dezembro de 2009 traduzem quebras homólogas nas exportações chinesas de 22,43% e nas importações da China de 17,27%.

O Brasil continua a ser o principal parceiro lusófono da China, com um volume de trocas comerciais de 42,39 mil milhões de USD (30,06 mil milhões de euros), menos 12,90% que entre Janeiro e Dezembro de 2008.

As exportações da China para o Brasil totalizaram 14,11 mil milhões de USD (10 mil milhões de euros), menos 24,90%, enquanto as importações chinesas atingiram 28,28 mil milhões de USD (20,06 mil milhões de euros), menos 5,3%.

Com Angola, o segundo parceiro chinês entre os países de língua portuguesa, as trocas comerciais atingiram 17,06 mil milhões de USD (12,10 mil milhões de euros), menos 32,60% que nos doze meses de 2008, com as compras chinesas a fixarem-se em 14,67 mil milhões de USD (10,40 mil milhões de euros) - menos 34,40% - e as vendas a totalizarem 2,3 mil milhões de USD (1,63 mil milhões de euros) ou seja, menos 18,90%.

Para Portugal, o terceiro parceiro comercial da China na lusofonia, com um volume de trocas comerciais de 2,4 mil milhões de USD (1,70 mil milhões de euros), seguiram mercadorias chinesas no valor de 1,92 mil milhões de USD (1,36 mil milhões de euros) contra compras chinesas de 480 milhões de USD (340,5 milhões de euros), valores que traduzem uma quebra homóloga de 17% nas vendas chinesas e uma subida de 24,10% nas vendas de Portugal para a China.

A China estabeleceu a Região Administrativa Especial de Macau como plataforma para o reforço da cooperação económica e comercial com os países de língua portuguesa em 2003, ano em que criou o fórum que se reúne ao nível ministerial de três em três anos.

África vai ter Moeda Única

A União Africana (UA) confirmou, durante a sua XIV Assembleia-geral que se realizou em Fevereiro de 2010, que o Continente Africano vai ter uma moeda comum a circular a partir de 2018. Durante os trabalhos desta Assembleia-geral foram adoptadas decisões de curto e longo alcance relacionadas com a estabilidade política, a segurança alimentar e o desenvolvimento financeiro e de infra-estruturas do Continente.

Os Chefes de Estado e de Governo aprovaram, na resolução final saída da Assembleia-geral, a criação do Banco Central de África, em 2018, a que se seguirá a introdução de uma divisa única para todo o continente. O comissário da UA para os Assuntos Económicos, Maxwell Mkwezalamba, disse a este propósito, que depois da criação do Banco Central de África, os Estados membros dissolverão os seus próprios bancos centrais e deixarão de usar as suas divisas individuais.

Outras prioridades foram a decisão de combater de forma enérgica as mudanças inconstitucionais de regimes. Esta é uma decisão importante face à continuação de alterações de poder através de meios não constitucionais, tal como sucedeu recentemente no Níger.

A UA também decidiu criar as condições para unir todo o Continente por via de uma série de vias rodoviárias, tendo sido aprovado um orçamento de 250 milhões de USD (179 milhões de euros) para este ano. Daquela verba, cerca de 111 milhões de USD provirão dos países membros da organização e o restante de fontes externas do Continente.

No domínio da paz e segurança, o Chefe de Estado do Malawi e novo Presidente em exercício da UA, Bingu wa Mutharika expressou a sua satisfação com os avanços políticos registados na Guiné-Bissau e Mauritânia, onde foram dados passos concretos para restaurar a democracia e as esperanças dos cidadãos.

50 Anos de Independências Africanas

Celebra-se este ano, meio século do início das independências africanas. No fim da II Guerra Mundial, em África, apenas a Etiópia, a Libéria e o Egipto eram independentes, e quando a década de 50 chegou ao fim, ainda só se lhes tinham juntado a Líbia, Marrocos, Sudão, Tunísia, Gana e Guiné-Conacry. Mas a grande vaga de independências surgiu em 1960, nomeadamente na África Ocidental, quando ascenderam à independência 17 colónias africanas, 14 das quais antigas colónias francesas.

A fragilidade das metrópoles evidenciada pela II Guerra, a descolonização asiática e as ambições nacionalistas deram aos movimentos independentistas uma forte dinâmica.

No caso das colónias britânicas, as aspirações nacionalistas tinham sido apoiadas nas declarações do próprio governo de Londres. Desde a assinatura da Carta do Atlântico em 1941, Clement Attlee, futuro Primeiro-Ministro, prometeu a uma delegação de intelectuais africanos ocidentais que a paz abriria uma era de segurança e de justiça social, não só para um povo e para um continente, mas para todos os povos de todos os continentes do mundo. Até ao fim da guerra, sucederam-se as delegações, as petições, os discursos e as tomadas de posição para proclamar que o direito dos povos a disporem de si próprios, inscrito na Carta do Atlântico, se aplicasse igualmente à África Ocidental.

Após o fim da Guerra, o governo britânico teve em conta essas exigências. A seguir à independência da Índia, do Paquistão e da Birmânia (1947), os trabalhistas ingleses publicaram, em 1948, um Livro Azul que prometia uma evolução análoga nos outros territórios do Império britânico transformado em 1949 em "Commonwealth de Nações".

Esta evolução devia fazer-se segundo o seguinte esquema:

- Aumento do número de africanos no seio dos Conselhos Legislativo e Executivo e do carácter representativo destes conselhos;
- Concessão de um governo representativo e em seguida a eleição pelo Conselho Legislativo de um governo responsável gozando de plena autonomia;
- Por fim, a independência com a manutenção, se possível, no seio da Commonwealth.

Os britânicos pensavam serem necessários, pelo menos, trinta anos para conduzir este processo ao seu termo. A evolução foi muito mais rápida graças a Kwame Nkrumah, cuja figura se destacou na emancipação da África Ocidental.

Um dos factores que facilitou a acção de Nkrumah na Costa do Ouro, actual Gana, foi a ausência quase total dos particularismos étnicos, os quais poderiam dificultar a marcha para a independência. A acção de Nkrumah, regressado à Costa do Ouro após doze anos de ausência nos Estados Unidos e na Inglaterra, começou no seio da UGCC (Convenção Unida da Costa do Ouro). Este partido, formado em 1947, lançou a palavra de ordem de "Autonomia o mais Depressa Possível", mas ele representava apenas a elite das profissões liberais, dos comerciantes e dos professores anglófonos e surgia como um movimento conservador nos seus objectivos e moderado nos seus métodos.

As greves e os graves tumultos de 1948 levaram Nkrumah a abandonar a direcção da UGCC e a fundar um partido que estivesse mais adaptado às realidades sociais e às aspirações da colónia. O CPP (Partido da Convenção do Povo) surgiu em 1949 com "A Autonomia de Imediato" como programa. O novo partido recrutou os seus quadros nas camadas inferiores da pequena burguesia: professores primários, empregados e pequenos funcionários, e homens de negócios.

Mas, à excepção da reivindicação da independência, a ideologia do CPP era vaga e as simpatias dos seus quadros iam tanto para o liberalismo como para o marxismo. Em 1950, Nkrumah lançou a primeira campanha de "Acção Positiva" na história do Continente: as greves, os boicotes e actos de desobediência civil, apoiados pela imprensa nacionalista multiplicaram-se. Nkrumah foi preso e tornou-se um herói nacional. As eleições de 1951, realizadas ainda sob controlo britânico, deram a maioria ao CPP de Nkrumah o qual formou o primeiro governo responsável pela Costa do Ouro, ascendendo o território à independência em 1957.

A Nigéria, cuja experiência colonial foi idêntica à do Gana, só se tornou independente três anos mais tarde. A direcção do movimento de emancipação ficou a cargo dos intelectuais (advogados, médicos, jornalistas e professores) unidos na sua moderação relativamente aos britânicos, mas separados por clivagens étnicas, religiosas e regionais. A colonização britânica agravou estas diferenças. A Nigéria foi o laboratório do Indirect Rule (governo indirecto).



A Serra Leoa, ascendeu à independência num clima menos confuso. Os britânicos haviam mantido durante muito tempo uma estrutura dualista: na costa, a “colônia” povoada de “crioulos” e, no interior, as zonas dirigidos pelos chefes tradicionais. Até à Segunda Guerra Mundial, as duas partes evoluíram separadamente, estando a vida política moderna reservada às gentes instruídas e, portanto, monopolizada pelos “crioulos”. A Constituição unitária de 1947 alterou totalmente a situação já que estes últimos se encontravam doravante em minoria. Se a vida política foi desde então dominada pelos indígenas, o poder continuou nas mãos da mesma classe, a dos intelectuais anglófonos, representados por Milton Margai, fundador do Partido Popular e chefe da maioria parlamentar que iria conduzir o país à independência em 1961.

Contrariamente ao Reino Unido, que analisou cada caso isoladamente, a França elaborou uma política global para as suas colônias na África subsaariana, a qual conduziu às suas independências entre 1958 e 1960.

Até meados dos anos cinquenta, a França apenas encarou e realizou uma liberalização do regime colonial. Este foi o principal objectivo da Conferência de Brazzaville, realizada em Janeiro - Fevereiro de 1944. Convocada essencialmente para fazer frente à propaganda anti-colonialista dos Estados Unidos, preocupou-se prioritariamente com as questões económicas e sociais, recomendando a melhoria dos serviços sociais, a supressão das práticas mais opressivas (trabalho forçado, estatuto do indigenato), o acesso das elites africanas aos escalões inferiores da administração e uma política de crescimento económico. Sobre a questão essencial do futuro político das colônias, a Conferência pronunciou-se contra toda e qualquer perspectiva de governo próprio.

As reformas e as inovações adoptadas pelos franceses foram exactamente no sentido destas recomendações. Por proposta de deputados africanos, a Assembleia Constituinte aboliu o trabalho forçado. Os planos do FIDES (Fundo de Investimento e de Desenvolvimento Económico e Social dos territórios ultramarinos, criado em 1946) iriam permitir a construção de equipamentos sociais e de infra-estruturas, mas sem modificar a estrutura económica da África Ocidental Francesa (AOF).

A Constituição de 1946 foi um compromisso entre as velhas tendências assimilacionistas e as novas aspirações à autonomia. As primeiras impuseram a proclamação de uma “República una e indivisível”. As segundas criaram medidas que dariam origem a uma verdadeira vida política na África francesa: instauração no seio de cada território de uma Assembleia eleita dotada de poderes financeiros; criação, a par do Governador-geral da federação, de um Grande Conselho eleito. A unidade da AOF era preservada, mas reconhecia-se uma certa autonomia aos territórios.

Mas estava-se longe de uma organização totalmente democrática pois as eleições faziam-se segundo dois colégios, um de estatuto metropolitano e o outro de estatuto local comportando os notáveis e os evoluídos. Seria necessário esperar por 1956 para assistir à instauração do sufrágio universal. Esta foi obra da lei-quadro Defferre, etapa decisiva no caminho da independência.

A política colonial francesa sofreu profundas alterações após os primeiros anos do pós guerra. Da defesa da Assimilação, consagrada na Constituição de 1946, vai-se passar a uma política de descentralização que irá desencadear os processos de independência, estimuladas também por acontecimentos externos (Dien Bien Phu em 1954; O começo da Guerra na Argélia em 1954; Conferência de Bandung em 1955; as independências de Marrocos e Tunísia em 1956).

Foi neste ambiente que o socialista Gaston Defferre, em conjunto com o seu colega de governo Félix Houphouët Boigny, preparou uma lei que, sem por em causa a República Francesa como una e indivisível, permitisse a realização de algumas reformas. Para além do estabelecimento do sufrágio universal, a lei veio trazer uma maior transferência de poderes para os territórios. Porém, a última palavra estava sempre na mão do poder central francês.

Um outro aspecto que a Lei pretendia abordar era o futuro relacionamento entre a França e o conjunto do Ultramar. O General de Gaulle, regressado ao poder em 1958, defendia a criação de uma Comunidade na qual os territórios africanos deviam ter o estatuto de Repúblicas Autónomas. De Gaulle convocou um referendo para saber a posição das populações nos vários territórios. Os resultados dos



escrutínios deviam ser contados por território. Aquele aonde existisse uma maioria de "Não" excluir-se-iam da projectada Comunidade.

A Guiné Conacry foi o único território que, por quase unanimidade votou "Não" no referendo e, por esse efeito, alcançou a sua independência a 12 de Outubro de 1958. Sekou Touré afirmou durante a campanha para o referendo: "Preferimos a pobreza na liberdade à riqueza na escravidão". Esta atitude implicou sérias represálias por parte da França.

O não da Guiné-Conacry despoletou o início das independências das colónias francesas. Logo a 1 de Janeiro de 1960 tornaram-se soberanos os Camarões franceses, que no ano seguinte se unificariam com os britânicos. Em Abril foi a vez do Togo. E em Junho aconteceu o mesmo com a Federação do Mali e depois com Madagáscar. Em três semanas de Agosto surgiram nove países francófonos, incluindo o Senegal.

Ao analisarem-se estes 50 anos de independências dos 17 países que a alcançaram em 1960, a avaliação é mista. Vários destes países tiveram um início conturbado, mas que conseguiram alcançar uma estabilidade encorajadora, como foi o caso do Benim. Outros demonstraram uma estabilidade considerável, como foi o caso do Senegal, embora tenham ainda importantes situações a resolver, como é o caso do separatismo na região de Casamansa. Outros, como a Costa do Marfim, tiveram um início promissor, mas depois caíram numa espiral de violência e instabilidade. Outros, apesar das suas inúmeras riquezas, como é o caso da Nigéria, não têm sido capazes de alcançar o tão desejado desenvolvimento sustentado e ultrapassar as clivagens étnicas, religiosas e regionais.

Apesar das melhorias de alguns dos indicadores socioeconómicos em países como o Gabão, Mauritânia e Camarões, outros países da África Ocidental, como o Burkina Faso ou Níger, continuam a apresentar os indicadores de desenvolvimento humanos mais baixos de todo o mundo. Preocupante é facto de, apesar de se registarem fortes taxas de crescimento económico, a verdade é que o índice de pobreza em muitos destes países é ainda muito elevado. A má distribuição da riqueza é um facto de instabilidade e fomentadora de conflitos.

Moçambique Aprovou Novos projectos de Investimento

O Centro de Promoção de Investimentos (CPI) de Moçambique aprovou, em 2009, 250 novos projectos de investimento, no valor de 5.7 mil milhões de USD e com uma perspectiva de emprego de mais de 26 mil postos de emprego. Os sectores da indústria (60 projectos), turismo e hotelaria (57 projectos) e serviços (51) são as áreas com maior número de projectos aprovados.

No que toca ao volume de investimento, o Director do CPI, Momade Rafique, referiu que o sector da agricultura e agro-indústria ocupam a primeira posição com 86%, turismo e hotelaria com 4,5% e indústria com 3,3%.

A posição ocupada pela agricultura e agro-indústria, tanto quanto ao valor de investimento quanto ao número de postos de trabalho, deve-se a aprovação de três grandes projectos, entre eles a 'Portucel Moçambique', 'Lurio Green Resources' e o 'Grown Energy Zambeze'.

Em Dezembro, o Governo moçambicano concedeu ao grupo português Portucel 173 mil hectares de terrenos para um projecto de plantio de eucaliptos, que culminará com a edificação de uma fábrica de pasta de papel. O projecto, que estará localizado nos distritos de Ile e Namarrói, na província da Zambézia, poderá ter a capacidade de produção de aproximadamente um milhão de toneladas de papel por ano.

Também em 2009, a Green Resources, uma empresa de capitais noruegueses apresentou uma proposta ao CPI de plantio de 180 mil hectares de árvores num período de 15 anos, projecções que apontam para a possibilidade de criação de 7.500 postos de emprego na província da Nampula.

A empresa Grown Energy Zambeze, Lda, recebeu uma concessão numa área de 15.000 hectares, em Chemba, província de Sofala, para produção de cana-de-açúcar para etanol e biocombustíveis.



UE renova sanções contra Zimbabwe

O Comité dos Representantes Permanentes dos Estados Membros da União Europeia (COREPER), reunido em Bruxelas, em Fevereiro, decidiu o prolongamento das sanções contra o Zimbabwe, por mais doze meses, afirmando que a falta de progresso na implementação do acordo de partilha de poder está por trás da decisão.

Esta decisão foi motivada pela falta de progressos suficientes na aplicação do acordo global concluído entre a ZANU-PF do Presidente Robert Mugabe e o Movimento para a Mudança Democrática (MDC) do opositor e Primeiro-Ministro Morgan Tsvangirai. O governo de unidade foi formado no ano passado, mas foi ainda incapaz de acordar reformas políticas fundamentais. O MDC, ainda não conseguiu avançar com algumas das reformas propostas e concretizar a nomeação de alguns dos seus membros para o governo, nomeadamente Roy Bennet, indicado para o cargo de Vice-ministro da Agricultura.

As sanções visam 142 personalidades próximas do Presidente Mugabe, bem como empresas zimbabweanas que financiam a ZANU-PF. Os dirigentes visados estão proibidos de entrada na Europa e os haveres das empresas abrangidas estão bloqueados nos bancos europeus. Decretadas pela primeira vez em 2002, as sanções foram tomadas contra a política de reforma agrária acelerada levada a cabo pelo Governo zimbabweano. Esta política agrícola consistia em conceder as explorações agrícolas dos zimbabweanos brancos aos veteranos da ZANU-PF.

O facto do governo zimbabweano ter aprovado, em Março, uma nova lei que obriga as empresas estrangeiras a venderem a maioria do seu capital a cidadãos zimbabweanos, vai provavelmente agudizar a relação com a Comunidade Internacional, nomeadamente com o Reino Unido. A nova lei, intitulada indigenisation law, foi criticada por vários sectores da sociedade do país, nomeadamente pela maior central sindical, a Zimbabwe Congress of Trade Unions (ZCTU), que acusou o governo de apenas pretender substituir a minoria branca por uma minoria negra que lhe seja leal.

Face ao novo ciclo eleitoral que se aproxima, com a realização de eleições gerais este ano, Morgan Tsvangirai apelou para o envio de uma força de manutenção de paz da União Africana e da SADC como forma de assegurar que as eleições gerais se possam realizar de forma pacífica e transparente. Estes apelou surgiu, não só pela história de violência contra a oposição que marcou os actos eleitorais anteriores,

mas também pelos os relatos que têm sido conhecidos de actos de intimidação que agentes políticos ligados a Mugabe e à ZANU-PF já estão a desenvolver em várias zonas do país.

Outra fonte de divergência prende-se com a elaboração da nova Constituição do país, a qual vai substituir a antiga Lei Fundamental baseada no sistema britânico e herdada da colonização depois da independência do Zimbabwe em 1980.

Mas, o processo de redacção da Constituição foi marcado por diferendos entre os três partidos membros do Governo de coligação relativos aos artigos a incluir. A ZANU-PF é favorável à eliminação do cargo de Primeiro-Ministro, defendendo que o Presidente nomeie um ou dois Vice-Presidentes saídos da Assembleia Nacional para o ajudar na execução das suas tarefas. Por seu turno, o partido de Tsvangirai é favorável à supressão do posto de Vice-Presidente e à manutenção do cargo de Primeiro-Ministro.

Além dos diferendos entre os partidos, o processo de elaboração duma nova Constituição foi atrasado pela falta de financiamentos. O processo registou quase um ano de atraso, o que tem implicações na realização de novas eleições, uma vez que segundo o acordo concluído para a criação do Governo de coligação, as próximas eleições no país apenas poderão ter lugar no quadro duma nova Constituição.



Anadarko descobre reservas de gás natural em Moçambique

A companhia petrolífera norte-americana Anadarko anunciou em Fevereiro a descoberta de reservas de gás natural na Bacia do Rovuma, província de Cabo Delgado, norte de Moçambique. Segundo Bob Daniels, Vice-Presidente da Anadarko, os resultados da fase intermédia ao largo da costa da província de Cabo Delgado, na zona de Windjammer, são muito positivos.

Em comunicado de imprensa, a Anadarko indicou que a prospecção identificou 480 pés líquidos de gás natural numa reserva de alta qualidade de areia, em coluna grossa de mais de 1.200 pés. O poço em que se verificou a descoberta foi sujeito a uma perfuração de 4.270 metros de profundidade, a que serão adicionados 1.250 metros para a busca de mais informação geológica, refere a companhia norte-americana.

A Anadarko está envolvida na prospecção de hidrocarbonetos na bacia do Rovuma, com uma maioria de 43% de acções, em parceria com vários pequenos accionistas: BPRL Ventures Mozambique B.V. (11.75%), Cove Energy Mozambique Rovuma Offshore, Ltd. (10%), Mitsui E&P Mozambique Area 1, Limited (23.5%) and Videocon Mozambique Rovuma 1 Limited (11.75%). Além do consórcio em que a Anadarko está envolvida, várias multinacionais petrolíferas estão a participar em operações de pesquisa de hidrocarbonetos na Bacia do Rovuma e noutras áreas do norte e centro de Moçambique, com expectativas declaradas de virem a descobrir petróleo.

A existência de grandes quantidades de gás aumenta as probabilidades de haver também petróleo em Moçambique.



Al-Baradei anuncia aliança de oposição no Egipto

O diplomata Mohammed al-Baradei, ex-chefe da Agência Internacional de Energia Atómica das Nações Unidas (AIEA), anunciou no Egipto a formação do que chamou de associação nacional para mudança. Al-Baradei disse que todos os cidadãos egípcios, partidos políticos e organizações da sociedade civil vão ser bem recebidos na associação. Esta iniciativa dá a entender que al-Baradei se está a preparar para se candidatar à Presidência do país.

Com vista a criar uma base de apoio, al-Baradei tem promovido uma série de reuniões com personalidades seculares da oposição e activistas. Um membro do movimento islamista de oposição, Irmandade Muçulmana, também participou do encontro.

A entrada de al-Baradei na política egípcia irritou o partido do presidente Hosni Mubarak, o Partido Nacional Democrático. Os meios de comunicação pró-governo iniciaram, desde logo, uma campanha contra al-Baradei, acusando-o de ser politicamente inexperiente.

O Egipto é governado desde 1981 por Hosni Mubarak, o qual tem ganho várias eleições, mas sendo acusado pela oposição de manipulação dos resultados. Mubarak assumiu a chefia do país após o assassinato de Anwar el Sadat. Em de 1981, Sadat foi assassinado durante uma parada militar no por membros da , infiltrados no exército, e que eram parte da organização egípcia que se opunha às suas negociações com Israel.

Esta eventual candidatura de al-Baradei acontece num momento em que Hosni Mubarak enfrenta problemas de saúde, tendo sido operado na Alemanha, e em que o seu filho Gamal é apontado como seu possível sucessor nas eleições de 2011.



Golpe de Estado no Níger

O autoproclamado Conselho Supremo para a Restauração da Democracia (CSRD), composto por oficiais superiores das Forças Armadas Nigerinas, tomou o poder, no dia 18 de Fevereiro em Niamey, derrubando o regime do Presidente Mamadou Tandja.

O CSRD anunciou a suspensão da Constituição da VI República e a supressão de todas as instituições dela resultantes. O porta-voz da Junta Militar, o coronel Abdoukarim Goukoye, afirmou o respeito do CSRD por todos os tratados e convenções subscritas anteriormente pelo Estado do Níger.

Este Golpe de Estado surgiu na sequência da crise política instaurada no Níger depois do referendo constitucional, organizado a 4 de Agosto de 2009, pelo Presidente Mamadou Tandja para adoptar uma nova Constituição, a da VI República, que lhe permitiu manter-se no poder depois do fim do seu segundo mandato. Apesar de ser considerado o país mais pobre do mundo, o Níger é o terceiro maior produtor mundial de urânio.

O Chefe de Esquadrão Salou Djibo, líder da Junta que derrubou o Presidente Mamadou Tandja, proclamou-se Chefe de Estado do Níger. No decreto assinado por Salou Djibo, o CSRD foi investido de poderes legislativos e executivo até a instauração das novas instituições democráticas, das quais ele é a instância suprema de concepção e orientação da política da nação. Segundo este decreto, o Presidente exerce as funções de chefe de Estado e de Governo, nomeia o Primeiro-Ministro, bem como os outros membros do Governo de transição e põe termo às suas funções.

A Junta decidiu igualmente criar, ao invés do Tribunal Supremo dissoluto, um Tribunal de Estado, cuja composição, atribuições e funcionamento foram fixados por decreto do Presidente do CSRD. Os militares no poder decidiram também instituir um Comité Constitucional em substituição do Tribunal Constitucional.

O CSRD instaurou igualmente um Observatório Nacional da Comunicação que substitui o Conselho Superior da Comunicação (CSC). Um órgão encarregue de preparar os textos fundamentais da República, nomeadamente a Constituição e o Código Eleitoral, vai igualmente ser criado.

O projecto de Constituição será adoptado pelo povo nigerino por via de referendo no termo dum período que será determinado pelo CSRD, que vai depois deixar o poder às novas instituições democráticas. A Junta anunciou que um calendário dos diferentes processos políticos será publicado em breve.

Este Golpe de Estado foi duramente criticado pela comunidade internacional, destacando-se a posição adoptada pela União Africana e pela Comunidade de Económica dos Estados da África Ocidental. Ambas as organizações adoptaram política de tolerância zero em relação a mudanças inconstitucionais de governos, e por esse motivo suspenderam o Níger do seu seio.

III Congresso da CPLP sobre VIH/SIDA

O III Congresso da CPLP VIH/sida e Infecções de Transmissão Sexual (ITS) realizou-se entre os dias 17 a 19 de Março, em Lisboa. Após Angola e Brasil, coube a Portugal organizar a terceira edição do Congresso da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) sobre VIH/SIDA e ITS. O evento contou com a presença de representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

O objectivo foi dar continuidade aos trabalhos conjuntos dos Estados-Membros da CPLP na luta contra a infecção VIH/SIDA e outras infecções de transmissão sexual, envolvendo as Organizações Governamentais e as Organizações da Sociedade Civil.

O encontro assentou em quatro pilares temáticos: Prevenção e tratamento, mundo do trabalho, cooperação e formação de recursos humanos. Os temas da sessão de abertura, no dia 17 de Março, foram dedicados ao VIH/SIDA, sociedade e cultura nos países da CPLP e ao papel da liderança política na resposta à infecção.

Durante os trabalhos do III Congresso, a CPLP e o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA (ONUSIDA), assinaram um Memorando de Entendimento para formalizar a cooperação na resposta ao VIH/SIDA nos países da CPLP. O Memorando de Entendimento pretende mobilizar apoio técnico, político e financeiro para redes e organizações da sociedade civil, incluindo pessoas vivendo com o VIH nos países de língua portuguesa e desenvolver canais para trocas de experiências entre esses países, por meio da cooperação técnica horizontal (sul-sul).

Antecedendo os trabalhos da iniciativa, as organizações da Sociedade Civil da CPLP realizaram reuniões de trabalho específicas nos dias 16 e 17.



PM Visita Moçambique

Com vista a aprofundar os laços económicos, o PM português deslocou-se, entre os dias 2 a 5 de Março, a Moçambique liderando uma grande comitiva de empresários portugueses. As exportações portuguesas para Moçambique aumentaram um terço em 2009 e poderão conhecer novo incremento com a visita ao país de José Sócrates. Esta visita surgiu num momento em que as relações entre os dois países atravessam um excelente momento, desaparecido o problema que constituía o tema da posse da Hidroelétrica de Cahora Bassa. Este bom momento vai ter continuidade em Abril deste ano com a visita a Portugal do Presidente Armando Guebuza. Nesse sentido, pretendeu-se utilizar o bom relacionamento político como um elemento facilitador da actividade económica. Segundo dados do ano passado Portugal é o segundo maior investidor em Moçambique, a seguir à Noruega.

A acompanhar a visita do Primeiro-Ministro, estiveram em Maputo meia centena de empresários portugueses ligados às áreas da banca, cimentos, editoras, ou os investimentos mais recentes como a pasta de papel e os biocombustíveis, além das grandes construtoras. Portugal está representado em primeiro lugar na banca, através especialmente do Millennium BIM e do BCI, no turismo (hotéis), nas empresas de construção civil e nos serviços, nomeadamente, TV Cabo, Teledata e água. De acordo com o Presidente da AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal), Basílio Horta, as áreas mais promissoras de investimento em Moçambique para os empresários portugueses são a Energia, as Tecnologias de informação e a Agro-indústria.

O grupo Portucel/Soporcel vai investir 2,3 mil milhões de euros em Moçambique até 2025, e depois mais 48 a 49 milhões por ano. No final do ano passado o Governo moçambicano deu à empresa o direito de uso e aproveitamento de terra destinada a silvicultura de uma área de 173.327 hectares, na província da Zambézia. Está em curso a aprovação de uma área adicional de mais 220.000 hectares. O investimento da Portucel é de uma enorme dimensão e dos mais significativos. Vai tornar Moçambique um dos maiores produtores de pasta de papel e empregar 7.000 pessoas.

Outro grande investimento português em Moçambique é do grupo Ascendi (Mota Engil e Espírito Santo), que vai construir a nova ponte de Tete e várias estradas desta província moçambicana. A ponte e os acessos estão orçados em 120 milhões de euros. As obras deverão começar ainda no primeiro semestre deste ano, devendo o material pesado estar no local a partir de Junho. A GALP está a construir bombas

de gasolina, e há dezenas de pequenas empresas de todos os ramos com portugueses à frente.

Para além dos sectores tradicionais, a grande aposta do executivo português é a da promoção da cooperação na área das energias renováveis, onde se pretende capitalizar os conhecimentos portugueses nesta área. Neste domínio, Portugal irá fomentar a cooperação com Moçambique na preparação de acções de combate às alterações climáticas, estimulando o desenvolvimento e a implementação, por participantes moçambicanos e portugueses, de acções de actuação imediata. A intervenção nesta área, visa identificar oportunidades para a realização de actividades e projectos por parte dos sectores público e privado de ambos os países, como estratégia destinada à transferência de tecnologias mais limpas e mais eficientes, que conduzam à redução de gases com efeito de estufa e à redução do desaparecimento dos recursos florestais, e que conduzam também à utilização de energias renováveis, às tecnologias de baixo consumo energético e à redução de emissões de resíduos urbanos.

Face a este bom momento nas relações bilaterais, foi decidido instituir a realização de Cimeiras Bilaterais mais alto nível político, de dois em dois anos, reunindo os Governos dos dois países com vista a aprofundar as relações. Este foi considerado um passo histórico que só foi possível dar depois de ultrapassados todos os problemas políticos que se interpunham nas relações bilaterais, o último dos quais foi o da reversão da Hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB) para o Estado moçambicano.

O Primeiro-Ministro português salientou o grande esforço que Portugal está a fazer na vertente económica. Nesta área destacou-se a criação do Banco Luso-Moçambicano de Investimento, numa parceria entre a Caixa Geral de Depósitos e o Tesouro moçambicano, juntando forças para financiar os projectos estruturais para o desenvolvimento de Moçambique. A criação deste Banco surge na sequência do Memorando de Entendimento assinado entre os dois países em 2009. Esta instituição vai apoiar projectos com impacto económico relevante e que assegurem o desenvolvimento sustentável dos pontos de vista económico, social e económico. O Banco Luso-Moçambicano de Investimento, que terá um capital inicial de 500 milhões de dólares (366 milhões de euros), vai focar-se nos grandes projectos de infra-estruturas de Moçambique.

Um dos primeiros projectos do Banco Luso-Moçambicano de Investimento será o apoio à construção da barragem de Mpanda Nkuwa, obra que vai custar 2 mil milhões de dólares (1,4 mil milhões de euros). A barragem situa-se no Zambeze, distrito de Changara, a 70 quilómetros



Regresso da Violência à Nigéria

a nordeste de Tete, e terá uma albufeira de 100 quilómetros quadrados.

A barragem, que já está em projecto e deverá começar a ser construída em 2011, será o segundo maior empreendimento hidroeléctrico de Moçambique, a seguir a Cahora Bassa. O aproveitamento hidroeléctrico tem já empresas chinesas e brasileiras envolvidas. Os financiadores do projecto são o China Exim Bank, a Electricidade de Moçambique e a Camargo Corrêa. O Banco Luso-Moçambicano irá realizar contratos de financiamento de longo prazo. No entanto, a construção da barragem ainda está indefinida porque depende da vontade da África do Sul em ser cliente do aproveitamento hidroeléctrico.

Um outro acordo importante foi o aumento da linha de crédito de 200 para 400 milhões de euros da linha de crédito concessionada para Moçambique e os projectos de cooperação no âmbito das energias renováveis. Em relação a este último ponto, pretende-se aproveitar o desenvolvimento tecnológico português nas energias renováveis e colocá-lo ao serviço de Moçambique, destacando-se a produção de aerogeradores, torres eólicas e painéis solares.

No final da visita de estado, os governos de Moçambique e de Portugal acordaram os termos de alienação dos 15% do capital social da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, ainda detidos por Portugal. Aquando da assinatura do Acordo de Reversão da HCB, em 2006, Portugal assumiu o compromisso de alienar as suas acções a um comprador indicado ou aprovado por Moçambique. O processo de reversão da HCB para o Estado moçambicano ficou concluído, em Novembro de 2007, quando Moçambique passou a deter 85% do capital do empreendimento, contra os 18 % anteriores, tendo Portugal passado de 82% para 15%.

O acordo agora assinado indica que a alienação da participação portuguesa será feita em partes iguais, sendo que as entidades indicadas pelos dois governos terão direito a 7,5% cada. Moçambique indicou a Companhia Eléctrica do Zambeze (CEZA) para adquirir parte das acções, enquanto que Portugal propôs a empresa Redes Energéticas Nacionais (REN), concessionária da rede de transporte de energia eléctrica em Portugal.

Com este acordo ficou decidida a estrutura de a alienação dos 15% da participação portuguesa na HCB, ficando agora pendente de uma avaliação para aferir os custos deste processo. Ambas as partes pretendem concluir este processo até ao fim de 2010.

Em Janeiro passado, uma nova onda de confrontos entre grupos étnicos e religiosos rivais, envolvendo cristãos e muçulmanos, assolou a Nigéria causando a morte a mais de 300 pessoas, maioritariamente muçulmanas, na cidade de Jos, capital do estado de Plateau. Este Estado, localizado na região central da Nigéria, foi, na década passada, palco de clivagens étnicas e religiosas. Em represália, membros muçulmanos da etnia Fulani mataram, em Março passado, 500 cristãos em menos de três horas de violência, após terem atacado algumas igrejas.

Para além das questões religiosas, a falta de oportunidades assim como a extrema pobreza são responsáveis pelas repetidas crises em Jos. A luta pela posse da terra entre agricultores cristãos e pastores nómadas muçulmanos é outra das razões do conflito. Paralelamente, existe cada vez mais indícios de que o norte do país está a ser usado como base de recrutamento de novos membros da Al-Qaida para as suas operações. Foi da Nigéria que saiu Umar Farouk Abdulmutallab, o qual tentou fazer explodir, no dia de Natal, um avião americano da companhia Northwest.

Mesmo antes da independência, as clivagens étnicas, regionais e religiosas têm sido uma constante. Durante o período colonial a evolução social aprofundou o fosso entre as diferentes partes da Nigéria. Face à forte influência islâmica no Norte do país, a acção dos missionários concentrou-se no sul do país. Os esforços de conversão ao cristianismo foram acompanhados pelo aumento da escolarização. Esta situação fez com que fosse o sul a fornecer a maioria dos intelectuais e dos quadros subalternos da colónia; apesar dos esforços tardios para inverter esta posição, na véspera da independência havia ainda cinco vezes menos jovens escolarizados no norte do que no sul.

O período pós independência foi marcado por inúmeros conflitos internos, onde a componente religiosa, regional e étnica esteve sempre presente. O caso mais grave foi o conflito do Biafra que durou entre 1967 a 1970, quando a zona do Biafra, dominada pela etnia Ibo, pretendeu promover a secessão da sua região.

Paralelamente à violência religiosa, o país atravessa actualmente um período de instabilidade política fruto causada pela doença do Presidente Umaru Yar'Adua. Apesar do regresso do Presidente Yar'Adua ao seu país, depois de ter passado 93 dias na Arábia Saudita para um

tratamento médico, ele parece não estar suficientemente restabelecido para retomar as suas funções presidenciais. Perante isto, o Vice-Presidente, Goodluck Jonathan, assumiu a Presidência interina, desde 9 de Fevereiro último, embora o regresso de Adua tenha criado uma situação de grande tensão.

Face a esta situação de indefinição, a Save Nigeria Group, uma coligação de organizações da sociedade civil nigeriana, onde se destaca o vencedor do Prémio Nobel, Wole Soyinka, iniciou uma série de protestos com vista a reclamar uma solução definitiva para a crise de liderança do Estado.

O objectivo da Save Nigeria Group é o de promover a destituição do Presidente, em conformidade com o Artigo 144 da Constituição do país, a fim que o Jonathan possa substituir formalmente o Presidente e terminar o seu mandato. Porém, o Governo rejeita este projecto, o que faz recear que a situação actual poderá persistir até às eleições do próximo ano.

A importância da Nigéria derivado do seu peso demográfico, sendo o país mais populoso da com mais de 150 milhões de habitantes, e da dimensão do seu país (924 mil km²). Estas características fazem-se sentir ao nível do protagonismo político. A Nigéria, para além de ser a fundadora, juntamente com o Togo, da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental), comanda claramente esta organização. Também do ponto de vista económica a Nigéria assume especial destaque no contexto africano, fruto das suas enormes reservas de petróleo, que fazem deste país, juntamente com Angola, um dos principais exportadores africanos.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA

Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Rua de Serralves
191 - 4150 - 706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax: 22 532 03 11
E-mail: geral@fportugalafrica.pt
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica

Responsáveis pela edição

J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Tiragem

500 exemplares

Impressão

Gutengráfica

Depósito Legal: 223325/05